

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº : **0016919-71.2014.8.19.0001.**

AÇÃO : REVISÃO DE CONTRATO.

AUTOR : CARLOS BARBOSA.

RÉU : BONSUCESSO BANCO DE CRÉDITO.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA, economista, devidamente registrado no CORECON-RJ, sob o n.º 20.075, Perito nomeado por este Juízo para atuar no supracitado processo, vem apresentar o Laudo Pericial, de acordo com fls. 154/155 e em resposta aos quesitos formulados pelo Juízo (fls.154/155), pelo Autor (fls. 158/159) e pelo Réu (fls. 162/163), solicitando a V. Exa. a juntada do mesmo aos autos.

Pelo exposto, venho requerer a V. Exa. a inclusão no projeto para pagamento de Justiça Gratuita a título de ajuda de custos, através do encaminhamento de Ofícios a SEJUD - DJERJ, conforme Resolução nº 03/2011.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA
ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

CPF: 813.465.657-91

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON
Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.

LAUDO

PERICIAL

I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS :

Com a finalidade principal de informar e trazer elementos elucidativos, capazes de permitir um perfeito entendimento da controvérsia que envolve a parte fática da matéria em questão, elaborei o presente Laudo Pericial examinando, minuciosamente, toda a documentação disponível.

II - OBJETO :

Trata-se de uma Ação de Revisão de Contrato, na qual o Autor pleiteia a revisão do seu financiamento celebrado com a Instituição Financeira Ré.

III - HISTÓRICO :

“ O Autor em sua inicial de fls. 02/24, requer, inicialmente, o benefício da gratuidade de justiça.

Relata que firmou com a Ré um Contrato de Empréstimo Pessoal Consignado.

Afirma que no ato da contratação foi informado verbalmente que as prestações mensais montariam de R\$ 246,92 (duzentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos), e “que os juros seriam à taxa de 2,94% ao mês, e ainda, que para ter direito a tal quantia deveria ter cartão de crédito do banco réu, onde seria o dinheiro disponibilizado para saque”.

Assevera, ainda, que:

“Após comparação com outras instituições bancárias que ofereciam serviço semelhante, e diante da oferta realizada pelo banco réu, que apregoava rapidez na contratação e liberação, e estando o valor das parcelas mensais fixas e a taxa de juros razoáveis, acabou o autor aceitando as condições que lhe foram repassadas pelo preposto do banco réu, porém, diante de sua hipossuficiência técnica e da idade avançada, acabou por não observar “detalhe” de grande relevância, ou seja, de que o banco réu não havia fixado em quantas parcelas o autor pagaria o referido empréstimo, o que mais tarde veio a descobrir que seria de vital importância para liquidação do empréstimo realizado”.

Manifesta, também, que:

“Não bastasse o fato de que o empréstimo poderia não ter fim, pois não fixou o banco réu o número de parcelas para pagamento do empréstimo consignado contratado, outra surpresa aflorou quando da chegada dos boletos do cartão de crédito, é que a taxa de juros informada não era fixa e sim flutuante, e já no primeiro boleto a taxa de 2,94% ao mês informada na contratação como chamariz, pulou para 5,06% ao mês mais IOF mensal com alíquotas de cartão de crédito (...).”.

“ Na r. Decisão de fls. 58/59 foi deferido o benefício de gratuidade de justiça ao Autor. ”

“ O Réu em sua Contestação de fls. 70/84 afirma que não assiste razão o Autor, em virtude do que devem ser julgados integralmente improcedentes seus pedidos. ”

“ Na r. Decisão de fls. 154/155, o MM. Juízo deferiu a produção da prova pericial pleiteada pelo Autor, com a minha nomeação. ”

IV - QUESITOS DO JUÍZO (Fls. 154/155):

Quesito 1

“ Queira o perito informar qual a taxa mensal e anual praticada pela instituição financeira. ”

Resposta : Em exame da Ficha Cadastral acostada às fls. 85/87, verifica-se que a proposta oferecida pela Ré e assinada pelo Autor refere-se a adesão de Cartão de Crédito.

No referido instrumento não existe indicação da taxa de juros vigente na data da pactuação da Proposta de Adesão.

Nesta modalidade de crédito as taxas de juros são flutuantes e variam, mês a mês, conforme a situação da economia do País.

O valor do mútuo apontado pelo Autor em sua peça exordial foi concedido através de um saque realizado através do Cartão de Crédito.

Informamos, ainda, respeitosamente, a V. Exa. que na Conclusão do Laudo Pericial e nas planilhas em Anexo, discriminamos, detalhadamente, as taxas de juros praticadas pela Ré no período em estudo e as nossas considerações e as demais considerações financeiras quanto aos eventos debatidos no presente feito.

Quesito 2

“Queira o Sr. Perito informar qual a taxa média praticada pelas instituições financeiras, informadas pelo BACEN, relativas ao percentual mensal e anual para empréstimos pessoais;”

Resposta : Baseado no estudo divulgado pelo Banco Central do Brasil, verificamos que na data da liberação do crédito em debate, 25 de junho de 2009, a taxa média praticada pelas Instituições Financeiras para Empréstimo Pessoal Consignado foi de 2,07% ao mês, equivalente a uma taxa anual de 27,87%.

Quesito 3

“ Em comparação aos quesitos anteriores, qual o percentual apurado desta diferença; ”

Resposta : A taxa de juros remuneratória praticada pela Instituição Financeira Ré foi flutuante.

Com isto, a confrontação da taxa média de juros para Empréstimo Pessoal Consignado divulgado pelo BACEN para a data da liberação do crédito ao Autor (2,07%), com a taxa de juros divulgada/praticada pela Ré no cômputo dos encargos de financiamento da fatura para o mês de julho de 2009 (2,94%), resulta em uma diferença no percentual de 0,87%.

Quesito 4

“Queira o perito informar se a taxa contratada foi aplicada de forma correta pela instituição financeira;”

Resposta : Rogamos, respeitosamente, a V. Exa. que reporte-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo ao presente trabalho, nas quais apresentamos as nossas considerações e as análises relativa ao Contrato em estudo.

Quesito 5

“Com base no segundo quesito, queira o Sr. Perito apurar o saldo credor ou devedor do financiamento em questão.

Resposta : Solicitamos, respeitosamente, que o MM. Juízo reporte-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo, nas quais, após os estudos do Contrato em contenda, apresentamos as nossas considerações, as análises e os saldos apurados com os empregos das sistemáticas financeiras de cálculos adotadas pela Perícia.

V - QUESITOS DO AUTOR (Fls. 158/159):

Quesito 1

“ Queira o Sr. Perito informar se os empréstimos realizados por intermédio de “cartão de crédito consignado” são regulamentados pelo Banco Central do Brasil? ”

Resposta : O quesito ofertado aborda matéria de Direito, diretamente ligada ao julgamento do feito, o que foge à competência deste Expert.

Deste modo, a resposta para o quesito encontra-se prejudicada.

Quesito 2

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, se na modalidade de crédito “cartão de crédito consignado”, este com prestações fixas R\$ 246,92, para abatimento mensal e tendo como valor emprestado R\$ 4.000,10 e considerando o IOF mensal, existe a possibilidade do pagamento deste empréstimo nunca ter fim, dependendo tal fato exclusivamente da taxa de juros mensal arbitrada pelo banco réu? ”

Resposta : Queira reportar-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo, onde apresentamos as nossas considerações e as análises relativas ao Contrato em estudo.

Quesito 3

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, no momento da contratação entre as partes em 24/06/2009, qual era a taxa média do mercado para empréstimos consignados típicos para servidores públicos e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro. ”

Resposta : Queira reportar-se à resposta do quesito de número 3 da série elaborada pelo Juízo, onde tecemos considerações à evento análogo.

Quesito 4

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, se existe diferença na tributação do IOF em relação as modalidades de oferecimento de crédito “empréstimo consignado típico” e “cartão de crédito consignado”? ”

Resposta : A diferença da tributação do I.O.F. se comparando as modalidades de crédito conjecturadas, se dá na periodicidade da cobrança do tributo.

No empréstimo consignado o imposto é calculado/cobrado apenas no ato da contratação.

Nos contratos de cartões de crédito, o tributo incide mensalmente, caso ocorra financiamento do saldo devedor.

Quesito 5

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, que em havendo diferença, das modalidades de crédito acima, qual delas suporta a maior carga tributária em relação ao IOF e em que taxas percentuais cada uma delas? ”

Resposta : Queira reportar-se às respostas elaboradas para os quesitos de números 2 e 4 desta série, nas quais tecemos considerações aos eventos similares.

Quesito 6

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual o valor monetário pago na tributação a título de IOF sofrida para o empréstimo de R\$ 4.000,10 na modalidade de crédito “empréstimo consignado típico”? ”

Resposta : Não ocorreu pagamento de I.O.F. na modalidade de crédito supracitada.

Quesito 7

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual o valor monetário pago na tributação a título de IOF sofrida para o empréstimo de R\$ 4.000,10 pelo Autor até o presente momento na modalidade de “cartão de crédito consignado”? ”

Resposta : Atendido no Anexo de número 01 do Laudo Pericial, onde discriminamos os valores cobrados pela Ré à título de I.O.F., durante a evolução do Cartão de Crédito consignado.

Quesito 8

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual seria o número de prestações necessárias para quitação pelo autor, em “empréstimo consignado típico”, em que lhe fosse emprestado R\$ 4.000,10, mais IOF, a taxa de juros de 2,94% ao mês e prestações fixas mensais de R\$ 246,92? ”

Resposta : Queira reportar-se à Conclusão do Laudo Pericial e a planilha do Anexo de número 02, onde apresentamos as nossas considerações e as análises relativas ao Contrato em estudo e os critérios evolutivos do financiamento adotados pela Ré, indicando, inclusive, os saldos apurados após os empregos das sistemáticas financeiras de cálculos requeridas pelo Autor no quesito em tela.

Quesito 9

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual seria o montante pago pelo autor após cálculo com todas as variáveis do quesito 7?”

Resposta : Vide a resposta para o quesito de número 2 desta série, onde tecemos considerações à evento similar.

Quesito 10

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual montante pago pelo autor até a presente data? ”

Resposta : Vide a resposta para o quesito de número 2 desta série, onde tecemos considerações à evento similar.

Quesito 11

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, se há possibilidade de informar qual será o montante pago pelo autor nas atuais condições de empréstimo, e em havendo possibilidade, qual seria este o montante pago?”

Resposta : Queira reportar-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo, onde apresentamos as nossas considerações e as análises relativas ao Contrato em estudo e os critérios evolutivos do financiamento adotados pela Ré, indicando,

inclusive, os saldos apurados após os empregos das sistemáticas financeiras de cálculos desenvolvidas pela Perícia.

Quesito 12

“ Queira o Sr. Perito informar ao r. Juízo, qual a diferença entre o montante pago pelo autor até o presente momento e o que pagaria observando o montante apurado no quesito 8? ”

Resposta : Vide a resposta ofertada para o quesito anterior.

VI - QUESITOS DO RÉU (Fls. 162/163):

Quesito 1

“ Queira o Sr. Perito informar se o Réu fez incidir os juros conforme pactuado no contrato de utilização de cartão de crédito (taxa pósfixada, prevista em fatura) firmado com o Autor; ”

Resposta : Queira reportar-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo, onde apresentamos as nossas considerações e as análises relativas ao Contrato em estudo e os critérios evolutivos do financiamento adotados pela Ré, indicando, inclusive, os saldos apurados pela Ré no financiamento em tela, inclusive o evento conjecturado..

Quesito 2

“ Queira o Sr. Perito informar se os descontos em folha foram procedidos pelo Réu conforme pactuado, respeitando-se o valor mínimo da fatura do cartão de crédito do Autor. ”

Resposta : Negativa é a resposta. Nas faturas mensais acostadas pela Ré às fls. 258/455, verifica-se que não foi fixado valor para pagamento mínimo.

Quesito 3

“ Queira o Sr. Perito informar se a amortização do débito gerava a incidência de juros, nos termos pactuados, sendo seu cálculo realizado tomando-se por base o saldo devedor inicial - e não o saldo capitalizado; de forma que no mês seguinte os juros incidiam sobre o saldo já amortizado e assim sucessivamente; ”

Resposta : Queira reportar-se à Conclusão do Laudo Pericial e as planilhas em Anexo, onde apresentamos as nossas considerações e as análises relativas ao Contrato em estudo e os critérios evolutivos do financiamento adotados pela Ré, indicando, inclusive, os saldos apurados após os empregos das sistemáticas financeiras de cálculos desenvolvidas pela Perícia.

Quesito 4

“ Queira o Sr. Perito informar se o Autor efetuava o pagamento integral de sua fatura de cartão de crédito; ”

Resposta : Vide a resposta ofertada para o quesito anterior.

Quesito 5

“ Queira o Sr. Perito informar se o Autor possui hoje dívida pendente com o Réu; ”

Resposta : Não. Os documentos acostados aos autos expressam que o Contrato foi liquidado no mês de abril de 2017.

Quesito 6

“ Finalmente, queira o Sr. Perito informar, caso o quesito acima seja positivo, qual o valor atual da dívida, tomando-se por base as taxas contratualmente ajustadas. ”

Resposta : Vide a resposta elaborada para o quesito anterior.

VII - CONCLUSÃO:

Trata-se de uma Ação Declaratória com a Revisão de Contrato, na qual o Autor questiona as cobranças praticadas pela Instituição Ré e as demais considerações financeiras.

A Perícia foi realizada e baseada na Ficha de Proposta de Adesão, nas faturas de fls. 258/455 e nos demais documentos acostados aos autos.

O Autor no dia 22 de junho de 2009 assinou a "Ficha Cadastral de Proposta de Adesão à Consignação de Descontos de Empréstimos e Cartão de Crédito Bonsucesso Visa", proposta de número 38279357, conforme documento de fls. 85/87.

No preâmbulo da Proposta de Adesão, existe o apontamento de que, o referido instrumento tinha como objeto a concessão de Cartão de Crédito (fls. 85), conforme constata-se na transcrição abaixo:

Em estudo das faturas mensais acostadas às fls. 258/455 verificamos que:

- A Instituição Financeira Ré concedeu um limite de crédito total de R\$ 4.444,56 (quatro mil,

quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos);

- Deste quantia, o Autor tinha uma linha destinada a saques, no total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- No dia 25 de junho de 2009, o Autor realizou um saque no cartão de crédito no valor de R\$ 4.000,10 (quatro mil reais e dez centavos);
- Na mesma data do saque, a Ré lançou à cobrança de R\$ 111,07 (cento e onze reais e sete centavos), à título de "encargos de financiamento";
- O período examinado por este Expert, que inicia-se no mês de julho de 2009 e tem como marco final a fatura de abril de 2017, no qual abrangeu um total de 93 (noventa e três) meses;
- Neste interregno de tempo, somente em 08 (oito) meses, o Autor utilizou o cartão de crédito para realizar compras;
- De um modo geral, a evolução do saldo do cartão de crédito teve como base a cobrança mensal dos encargos de financiamento incidentes sobre o valor do saque do dia 25 de junho de 2009;
- Salvo por um evento isolado, ocorrido em março de 2017, em todos os demais meses o pagamento do cartão de crédito foi realizado no valor de R\$ 246,92

(duzentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos); e

- Esses pagamentos eram debitados diretamente na folha de pagamento do Autor.

Considerando e sendo mantidos os critérios financeiros adotados pela Ré verificamos que no dia 12 de abril de 2017, OCORREU A QUITAÇÃO INTEGRAL do saldo do Contrato de Cartão de Crédito.

No Anexo de número 01 do Laudo Pericial discriminamos, detalhadamente, toda a movimentação do Cartão de Crédito em tela para o período a partir do mês de julho de 2009 até o mês de abril de 2017.

O Autor no presente feito questiona as formas evolutivas adotadas pela Ré. Assevera que no ato da contratação, foi comunicado, verbalmente, "que pagaria parcelas fixas e mensais de R\$ 246,92, foi ainda informado que os juros seriam à taxa de 2,94% ao mês (...)".

Com base no estudo divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 25 de junho de 2009, data da liberação do crédito em debate, a taxa média de juros praticada pelas Instituições Financeiras para o Empréstimo Pessoal Consignado era de 2,07% ao mês, equivalente a uma taxa anual de 27,87%.

Na data da liberação do crédito ao Autor, a Instituição Ré indicava que a sua taxa de juros mensal era de 2,94%, o que corresponde ao percentual de 41,58% ao ano.

Ao simularmos o Contrato como requerido pelo Autor, ou seja, que o crédito seja considerado como um Empréstimo Pessoal Consignado, observando, ainda:

- O Sistema de Amortização usualmente utilizado pelas Instituições Financeiras para esta modalidade de crédito (Tabela PRICE); e
- Prazo de Amortização de 48 (quarenta e oito) meses.

Obtivemos os seguintes valores das prestações:

Valor da prestação mensal considerando a taxa média de juros para crédito pessoal consignado e divulgado pelo BACEN	R\$ 132,28
Valor da prestação mensal considerando a taxa média de juros indicada pela Ré na fatura do cartão de crédito de julho de 2007	R\$ 156,57

Embasado nos valores das prestações com os dois cenários supracitados e considerando, também:

- Os pagamentos realizados como base de amortização; e
- As compras/saques realizadas pelo Autor após a data inicial do Contrato.

Este Expert apurou os seguintes resultados financeiros:

- **EVOLUÇÃO DO CONTRATO COM BASE NA TAXA MÉDIA DE JUROS DIVULGADA PELO BACEN:**

Neste panorama, o Autor ao final do período, ou seja, em 12 de abril de 2017, teria UM SALDO CREDOR EM SEU FAVOR, no valor de R\$ 14.002,54 (quatorze mil, dois reais e cinquenta e quatro centavos), equivalente a 5.628,08 UFIR-R.J., conforme detalhado na planilha de Anexo nº 02 do Laudo Pericial.

- **EVOLUÇÃO DO CONTRATO COM BASE NA TAXA DE JUROS DIVULGADA PELA RÉ EM JULHO/2007:**

Com a adoção deste cenário financeiro, apuramos que no dia 12 de abril de 2017, existiria UM SALDO CREDOR EM FAVOR DO AUTOR, no importe de R\$ 12.836,62 (doze mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), que corresponde a 5.085,70 UFIR-R.J., conforme detalhado na planilha de Anexo nº 03 do Laudo Pericial.

Nada mais havendo a responder ou a considerar, encerro o presente Laudo Pericial, resultado do trabalho desenvolvido, o qual contém 23 (vinte e três) Laudas e 03 (três) planilhas em Anexo, sendo todas as folhas numeradas e assinadas eletronicamente.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração e apresento sinceros votos de apreço ao honroso mandado, ora cumprido e reitero minha disponibilidade ao MM. Juízo.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2020.



CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA

ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON

Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.